



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA SECCIONAL FEDERAL EM MARABÁ/PA

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL

CONTESTAÇÃO DEPOSITADA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, pessoa jurídica de direito público, representado(a) pelo membro da Advocacia-Geral da União infra assinado(a), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar,

CONTESTAÇÃO

face à pretensão da parte autora, com fundamento no artigo 335 e seguintes do Código de Processo Civil e demais normas aplicáveis ao caso, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

1. **DOS FATOS**

Trata-se de ação em que a parte autora pretende seja o réu condenado a lhe conceder pensão por morte, na qualidade de dependente de suposto segurado(a) especial falecido(a). Entretanto, tal pretensão não merece prosperar, conforme razões a seguir aduzidas.

2. **DO VALOR DA CAUSA**

Estando o valor atribuído à causa em desconformidade com o preceituado nos artigos 291 e seguintes do CPC, além das demais normas aplicáveis ao caso, deve o magistrado determinar, imediatamente, a sua correção ou mesmo corrigir de ofício, de acordo com o artigo 292, parágrafo terceiro, também do CPC.

3. **DA ASSISTÊNCIA GRATUITA**

Da necessidade de parâmetros objetivos para a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, LXXV, dispõe que “o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que **comprovarem** insuficiência de recursos” (grifamos). O Novo CPC, por sua vez, no artigo 98, afirma que a gratuidade da justiça será concedida a quem tiver “insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios”.

Da leitura desses dispositivos, percebe-se claramente que a gratuidade da justiça não deve ser concedida de forma indiscriminada, devendo ser reservada apenas para quem dela de fato necessita, eis que associada “ao sacrifício para a manutenção da própria parte ou de sua família”^[1].

Não poderia ser diferente. Afinal, o “processo” custa, e muito – um custo que é suportado por toda a sociedade. É esta, portanto, que sai penalizada quando o magistrado concede indiscriminadamente a justiça gratuita. E assim é porque: (i) tal concessão significa, na prática, destinar os recursos públicos que movimentam a máquina judiciária a quem deles não precisa, ferindo a isonomia material; (ii) estimula a irresponsabilidade processual, eximindo a parte de quaisquer ônus pela litigância inconsequente; e (iii) acaba por inviabilizar o acesso à justiça ao invés de estimulá-lo, uma vez que lides temerárias são responsáveis por boa parte do congestionamento do Poder Judiciário e, por via de consequência, pela incapacidade do Estado-juiz de atender quem efetivamente precisa no tempo adequado^[2].

Portanto, é imperativo que se tenha cautela e critério na análise da condição de necessitado afirmada em juízo. Com efeito, ainda que “necessitado” seja um conceito jurídico indeterminado, é preciso atribuir a ele um sentido minimamente objetivo, que seja, ao mesmo tempo, adequado à realidade social brasileira e não promova comportamentos inconsequentes.

Qual seria, portanto, um parâmetro válido e razoável para a aferição da condição de necessitado? Quer-nos parecer, Excelência, que a resposta está na **faixa de isenção para imposto de renda**, cujo valor possui representatividade econômica e jurídica, haja vista que: (i) sua dimensão econômica aproxima-o da renda média domiciliar nacional bruta; (ii) para o direito tributário, não revela signo presuntivo de riqueza quem percebe rendimentos brutos inferiores a tal patamar.

Ademais, por, na prática, ser difícil ou mesmo impossível quantificar o rendimento domiciliar dos litigantes, nada impede seja usado para fins de aferição do critério a renda individual. Dessa forma, litigantes cuja renda individual bruta seja inferior ao valor escolhido como piso para a tributação do imposto de renda têm direito à justiça gratuita, ao passo que aqueles com rendimentos superiores devem arcar com todos os custos do processo.

Note-se que tal orientação abarca como “necessitados ou pobres” fatia considerável da população brasileira. Posto sob este ângulo, este entendimento já revela “um grande alargamento do conceito de pobreza”. E a seu favor pendem outras relevantes razões, a saber:

a) É um marco objetivo, claro, inequívoco, fator este que sobreleva e valoriza uma real isonomia entre os jurisdicionados;

b) Encontra-se estampado em um diploma legal de relevo, e serve como marco definidor do conceito de riqueza excedente (aquela que supera as necessidades prementes do indivíduo, afigurando-se já fiscalmente justa a sua tributação), reforçando a segurança jurídica e valorizando uma interpretação sistêmica e integrativa do direito;

c) É de amplo conhecimento de todos os brasileiros, não se restringindo à jurisprudência de uma Corte ou Estado (em verdade, é um lugar comum na consciência jurídica nacional);

d) Aponta para uma lógica interna maior ínsita ao próprio sistema jurídico afirmar que “não são pobres ou necessitados aqueles que percebem renda suficiente a justificar a tributação do Estado”.

Cuida-se, ainda, de critério utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme se depreende do seguinte julgado:

“PROCESSUAL CIVIL. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. TRIBUNAL QUE CHEGA À CONCLUSÃO DE QUE O AUTOR NÃO É JURIDICAMENTE POBRE. SÚMULA 7/STJ. PAGAMENTO DIFERIDO DE CUSTAS PROCESSUAIS. ESTATUTO DO IDOSO. ART. 88 DA LEI N. 10.741/2003. APLICABILIDADE EM AÇÕES ESPECÍFICAS. 1. **De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, para a obtenção do benefício da justiça gratuita é utilizado o critério objetivo da faixa de isenção do imposto de renda.** Precedentes. 2. No caso dos autos, o Tribunal a quo manifestou-se no sentido de que os rendimentos do agravante estariam acima da faixa de isenção do imposto de renda. A modificação desse entendimento demandaria incursão no contexto fático-probatório dos autos, defeso em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. (...)” (AgRg no RESP 1.282.598/RS, Segunda Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. em 24/04/2012 – grifamos)

Ante o exposto, extrai-se que aqueles que percebem rendimentos acima da renda tributável devem arcar com as despesas do processo.

Não há, pois, que subsistir a tese encampada por alguns que considera como beneficiário quem possui renda individual líquida inferior a 10 salários mínimos. Com efeito, a prosperar essa tese, o conceito de “necessitado” abrangeria a imensa maioria dos brasileiros, o que se revela um contrassenso e um exagero hermenêutico. Um exagero, diga-se, que subverte a própria natureza do instituto da gratuidade, prevista constitucionalmente para situações **excepcionais** nas quais forem comprovadas a insuficiência de recursos. Essa é a razão pela qual o artigo 5º, LXXV, a Constituição Federal, resta violado *in casu*.

Por fim, a fixação desse patamar (10 salários mínimos) viola, também, o artigo 7º, IV, da Constituição Federal, eis que este dispositivo veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim. Assim, se por um lado a fixação de parâmetros objetivos é absolutamente necessária, por outro não pode ser feita tomando por base o salário mínimo, sob pena de inconstitucionalidade.

Da inexistência, in concreto, dos requisitos para a concessão do benefício da gratuidade da justiça.

Em primeiro lugar, é preciso frisar que a mera afirmação da condição de necessitado não gera presunção absoluta (CPC, artigo 99, § 3º), podendo, ao contrário, ser afastada pelo magistrado (CPC, artigo 99, § 2º), a quem se atribui o **poder-dever** de fazer o controle da concessão do benefício. Afinal, conforme já decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, “*tal direito, todavia, não é absoluto, uma vez que a declaração de pobreza implica simples presunção juris tantum, suscetível de ser elidida pelo magistrado se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado*” (RESP 539.476/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 23/10/2006).

No mesmo passo, o seguinte e recentíssimo julgado, também do STJ:

(...) 2. Consoante a firme jurisprudência do STJ, a afirmação de pobreza, para fins de obtenção da gratuidade da justiça, goza de **presunção relativa** de veracidade. Por isso, por ocasião da análise do pedido, o magistrado **deverá** investigar a real condição econômico-financeira do requerente, devendo, em caso de indício de haver suficiência de recursos para fazer frente às despesas, determinar seja demonstrada a hipossuficiência.

(...)

4. Por um lado, à luz da norma fundamental a reger a gratuidade e justiça e do art. 5º, *caput*, a Lei n. 1.060/1950 – não revogado pelo CPC/2015 -, tem o juiz o **poder-dever** de indeferir, de ofício, o pedido, caso tenha fundada razão e propicie previamente à parte demonstrar sua incapacidade econômico-financeira de fazer frente às custas e/ou despesas processuais. Por outro lado, **é dever do magistrado prevenir o abuso de direito e garantir às partes igualdade de tratamento**”. (RESP 1.584.130/RS, Quarta Turma, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. em 07/06/2016 - grifamos)

Destarte, a mera afirmação feita pela parte adversa não se mostra suficiente para assegurar a presunção relativa de hipossuficiência, na medida em que estão presentes elementos objetivos que afastam dita presunção.

A presunção de veracidade da afirmação da parte necessitada, portanto, sendo relativa e sujeita a investigação com limites legal e constitucionalmente estabelecidos, fica submetida apenas à comprovação do fato extintivo do direito alegado, a qual será suficiente para seu afastamento.

Neste sentido, percebendo a parte autora valores incompatíveis com o benefício da gratuidade judiciária, não haverá porque sustentar estado de carência econômica.

Da possibilidade de concessão de gratuidade parcial.

O novo CPC estabelece, em seu artigo 98, § 5º, que “*a gratuidade será concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual das despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento*”. Mais a frente, no § 6º, prevê-se que “*conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento*”.

Em outras palavras, o Código permite que a gratuidade seja conferida apenas a alguns atos do processo, contemple a redução de uma fração das despesas ou implique no parcelamento destas. O paradigma do novo CPC,

portanto, é o de que **a gratuidade integral é devida apenas àqueles absolutamente miseráveis**, ou seja, em situações de extrema penúria patrimonial, cuja desconsideração possa obstar o acesso à Justiça. Trata-se, por óbvio, de situação excepcionalíssima.

Efetivamente, o Código estabelece um escalonamento de isenções **conforme o grau de capacidade econômica do litigante**. Assim, para os litigantes que não se situam na condição de miserabilidade plena, mas ainda ostentam algum grau de necessidade, a regra deve ser a concessão da gratuidade parcial, jamais a gratuidade plena.

Como afirmado no tópico precedente, nos casos em que é verificada renda acima da faixa de isenção para imposto de renda, o entendimento do ente público é o de que a gratuidade deve ser pura e simplesmente recusada. Subsidiariamente, porém, requer-se a concessão da gratuidade parcial, caso não comprovada a situação de absoluta miserabilidade, o que indica a possibilidade de a parte arcar com as despesas processuais, ao menos parcial ou parceladamente.

Diante de todo o exposto, caso demonstrado que a parte autora não se enquadra nos critérios expostos acima, esta não pode gozar do benefício da justiça gratuita, uma vez que, a bem da verdade, possui suficientes condições financeiras para arcar com todas as despesas provenientes da presente demanda judicial.

Por fim, ainda que concedida a gratuidade (total ou parcial), requer-se a condenação da parte autora ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, uma vez que, a teor do artigo 98, § 2º, do novo CPC, a concessão da gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário por tais pagamentos em caso de sucumbência.

4. **DA DECADÊNCIA DO SUPOSTO DIREITO**

Não basta ser titular de um direito, sendo necessário exercê-lo no prazo máximo previsto na legislação, haja vista que nem todo direito pode ser efetivado a qualquer tempo. Ou seja, “o direito não socorre a quem dorme” (*dormientibus non succurrit jus*). O estabelecimento de prazos para o exercício de certos direitos visa, sobretudo, garantir estabilidade as relações jurídicas.

Neste sentido, o art. 103, da Lei 8.213/1991 traz um prazo decadencial para todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão de ato de concessão (1ª parte) ou de decisão indeferitória de benefício previdenciário (2ª parte):

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Portanto, além do prazo decadencial de 10 (dez) anos para postular a revisão de benefício previdenciário, o art. 103 também previu, expressamente, a decadência decenal para impugnar ato administrativo que indeferiu requerimento de benefício, a contar do dia da cientificação.

Logo, se o INSS indeferiu um beneficiário previdenciário, terá o requerente o prazo de dez anos para solicitar a revisão judicial desse ato, a contar do dia da notificação do indeferimento. Transcorrido o prazo decadencial, deve a demanda ser julgada improcedente.

Neste sentido, inclusive, recentemente, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou pela ocorrência da decadência do direito pelo decurso do prazo decenal após a decisão indeferitória do INSS:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. ART. 103, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/1991. INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIO. NEGATIVA EXPRESSA DO INSS. DECADÊNCIA.

1. Hipótese em que o autor apresentou o primeiro requerimento administrativo em 15.5.1996. A 16ª Junta de Recursos da Previdência Social, por meio da Resolução 7472/96, de 8.8.1996, negou provimento ao recurso contra decisão do INSS que indeferiu o pedido de aposentadoria especial protocolizado pelo recorrido. Assim, transformou-se em definitiva a decisão indeferitória do benefício previdenciário em âmbito administrativo, uma vez que não se conheceu do recurso

interposto para a Turma do Conselho de Recursos da Previdência Social protocolizado em 15.4.1997, por ter sido intempestivo (fls. 41-43, e-STJ).

2. Cinge-se a controvérsia à decadência do direito de revisão do ato de concessão pelo segurado. Segundo dispõe o art. 103, caput, da Lei 8.213/1991: "É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo".

3. Aplica-se o prazo de decadência instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, ao direito de revisão dos benefícios a contar do dia em que a parte tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997). Precedente: REsp 1.309.529/PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 4.6.2013, submetido ao rito dos recursos repetitivos.

4. O benefício previdenciário objeto de revisão foi indeferido em definitivo administrativamente antes de 28.6.1997, o que torna esta a data inicial da contagem do prazo. Já a presente ação, visando à sua revisão, somente veio a ser ajuizada em 5.11.2007, quando, portanto, já configurada a decadência.

5. Agravo Regimental não provido

(AgRg no REsp 1.371.313 PR 2013/0057740-0. 2ª Turma. Rel. Min. Herman Benjamin. Data do julgamento: 16/06/2015. Data da publicação/Fonte: DJE 05/08/2015)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. ART. 103, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.213/1991. INDEFERIMENTO DE BENEFÍCIO. NEGATIVA EXPRESSA DO INSS. INTERPRETAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991.

1. A interpretação contextual do caput e do parágrafo único do art.103 da Lei 8.213/1991 conduz à conclusão de que o prazo que fulmina o direito de revisão do ato de concessão ou indeferimento de benefício previdenciário é o decadencial de dez anos (caput), e não o lapso prescricional quinquenal (parágrafo único) que incide apenas sobre as parcelas sucessivas anteriores ao ajuizamento da ação.

2. Não fosse assim, a aplicação do entendimento de que a prescrição quinquenal prevista no parágrafo único do art. 103 da Lei 8.213/1991 pode atingir o fundo de direito tornaria inócuo o instituto da decadência previsto no caput do mesmo artigo, que prevê prazo de dez anos para o exercício do direito de revisão de ato de indeferimento ou de concessão de benefício previdenciário.3. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, consignou (fl. 219, e-STJ): "Ocorre que, conforme se observa à fl.18, o INSS negou administrativamente o direito pleiteado em 24.04.2001 e a presente ação apenas foi ajuizada em 23.04.2012, ou seja, mais de dez anos após".**4. O pleito administrativo da recorrente foi negado em 24.1.2001.Contudo, a postulante somente ajuizou sua demanda em 23.4.2012, mais de dez anos depois do ato indeferitório. Dessa forma, houve decadência do direito de rever o indeferimento do seu pedido de aposentadoria.**

5. Recurso Especial não provido.

(REsp 1483177/CE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 06/04/2015)

No mesmo sentido o Supremo Tribunal Federal também já se manifestou:

Não há direito adquirido à inexistência de prazo decadencial para fins de revisão de benefício previdenciário. Ademais, aplica-se o lapso decadencial de dez anos para o pleito revisional a contar da vigência da MP 1.523/1997 aos benefícios originariamente concedidos antes dela. Essa a conclusão do Plenário, que proveu recurso extraordinário interposto de decisão que afastara a decadência de direito à revisão de aposentadoria por invalidez, originalmente

concedida em 1995, cuja ação revisional fora proposta em 2009. Inicialmente, discorreu-se que o regime geral de previdência social constituiria sistema básico de proteção social, de caráter público, institucional e contributivo, com a finalidade de segurar de forma limitada trabalhadores da iniciativa privada. Afirmou-se que o direito à previdência social seria um direito fundamental, baseado na dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na cidadania e nos valores sociais do trabalho (CF, art. 1º, II, III e IV). Distinguiu-se o direito ao benefício previdenciário em si considerado, de caráter fundamental, e a graduação pecuniária das prestações, afetada por um conjunto de circunstâncias sociais, econômicas e atuariais, variáveis em cada momento histórico. Afirmou-se existirem interesses conflitantes, por parte de trabalhadores ativos e segurados; contribuintes abastados e humildes; geração atual e futura. Apontou-se que a tarefa de realizar o equilíbrio entre essas forças seria do legislador, e que somente haveria invalidade se a escolha legislativa desrespeitasse o núcleo essencial do direito em questão. Entendeu-se que a instituição do prazo fixado pela MP 1.523/1997 não configuraria esse tipo de vício. Frisou-se que, no tocante ao direito à obtenção de benefício previdenciário, não haveria prazo algum. Isso significaria que esse direito fundamental poderia ser exercido a qualquer tempo, sem que se atribuísse consequência negativa à inércia do beneficiário. Por sua vez, a decadência instituída pela medida provisória em análise atingiria apenas a pretensão de rever benefício previdenciário. Ponderou-se que **o estabelecimento de limite temporal máximo destinar-se-ia a resguardar a segurança jurídica e facilitar a previsão do custo global das prestações devidas. Reputou-se que essa exigência relacionar-se-ia à manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário, do qual dependeria a continuidade da própria previdência.** Com base nessas premissas, afastou-se eventual inconstitucionalidade na criação, por lei, de prazo decadencial razoável para o questionamento de benefícios já reconhecidos. Considerou-se legítimo que o Estado, ao sopesar justiça e segurança jurídica, procurasse impedir que situações geradoras de instabilidade social e litígios pudessem se eternizar. Acresceu-se que **o regime geral de previdência social seria sistema de seguro na modalidade de repartição simples, a significar que todas as despesas seriam diluídas entre os segurados. Não se cuidaria de um conjunto de contas puramente individuais, mas de sistema baseado na solidariedade, a aumentar a interdependência entre os envolvidos. Diante disso, haveria maior razão para se estipular prazo para a revisão de atos de concessão, a conciliar os interesses individuais com o imperativo de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Nesse sentido, asseverou-se que o lapso de dez anos seria razoável, inclusive porque também adotado quanto a eventuais previsões revisionais por parte da administração (Lei 8.213/1991, art. 103-A).** Mencionou-se que a Corte teria precedentes no sentido de que a lei aplicável para a concessão e benefício, bem como para fixar os critérios de seu cálculo, seria aquela em vigor no momento em que os pressupostos da prestação previdenciária teriam se aperfeiçoado, de acordo com a regra *tempus regit actum*. Assim, não haveria direito subjetivo à prevalência de norma posterior mais favorável, tampouco poderia ser utilizada para esse fim eventual lei superveniente mais gravosa. No caso, sublinhou-se não se incorporar ao patrimônio jurídico de beneficiário suposto direito à aplicação de regra sobre decadência para eventuais pedidos revisionais. Frisou-se que a decadência não integraria o espectro de pressupostos e condições para a concessão do benefício, de maneira a não se poder exigir a manutenção de seu regime jurídico. Portanto, a ausência de prazo decadencial para a revisão no momento em que deferido o benefício não garantiria ao beneficiário a manutenção do regime jurídico pretérito, no qual existente a prerrogativa de pleitear a revisão da decisão administrativa a qualquer tempo. Pontuou-se que a lei poderia criar novos prazos de decadência e prescrição, ou alterar os já existentes, de modo que, ressalvada a hipótese de prazos antigos já aperfeiçoados, não haveria direito adquirido a regime jurídico prévio. Na hipótese dos autos, portanto, não haveria direito adquirido a que prazo decadencial jamais pudesse ser estabelecido. (...). Analisou-se, por outro lado, que o termo inicial da contagem do prazo decadencial em relação aos benefícios originariamente concedidos antes da entrada em vigor da MP 1.523/1997 seria o momento de vigência da nova lei. Evidenciou-se que, se antes da modificação normativa podia o segurado promover, a qualquer tempo, o pedido revisional, a norma superveniente não poderia incidir sobre tempo passado, de modo a impedir a revisão, mas estaria apta a incidir sobre tempo futuro, a contar de sua vigência. O min. Teori Zavascki salientou que esse entendimento – no

sentido de que o novo prazo decadencial seria aplicável a atos praticados antes da norma instituidora desse prazo, desde que a contagem se iniciasse a partir da vigência da novel regra – seria consolidado na Corte, em matéria de direito intertemporal, especialmente sobre prescrição e decadência. Repisou, ainda, que a inauguração de prazo de decadência pela medida provisória em debate afetaria tanto a administração quanto o particular, visto que ambos não mais contariam com tempo indeterminado para revisão do ato concessório de benefício previdenciário. O min. Luiz Fux distinguiu retroatividade e retrospectividade de lei, esta a significar que a norma jurídica poderia atribuir efeitos futuros a situações ou relações jurídicas já existentes, como por exemplo as modificações dos estatutos funcionais ou de regras de previdência dos servidores públicos. Assim, a medida provisória em questão atingiria relações jurídicas pendentes, em andamento, e não voltaria seu alcance para o passado, para os atos jurídicos perfeitos. Portanto, não retroagiria. (**RE 626.489, rel. min. Roberto Barroso, julgamento em 16-10-2013, Plenário, Informativo 724**, com repercussão geral).

Conforme bem preceitua Frederico Amado^[3], o art. 103, da Lei 8.213/91 atende ao Princípio da Segurança Jurídica ao fixar prazo razoável de 10 anos para a propositura das ações revisionais, a fim de se prevenir a eternização dos litígios, sendo aplicável aos benefícios anteriores ao advento da MP 1.523/1997, cujo decêndio apenas começou a ocorrer com a publicação do citado ato normativo.

Demais disso, o referido prazo é necessário para facilitar a previsão do custo global das prestações devidas pela Previdência social.

Impende destacar, ademais, que o art. 103 da Lei de Benefícios após assinalar o prazo decenal para ocorrência da “prescrição do fundo do direito”, determina que **o mencionado prazo tenha como termo inicial o dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.**

Destarte, na hipótese da parte autora ter permanecido inerte por mais de uma década, anuindo tacitamente – mas voluntariamente – com o indeferimento/cessação, opera-se a decadência do direito pleiteado, nos termos da Lei nº 8.213/1991, art. 103.

5. DA FALTA DO INTERESSE PROCESSUAL DE AGIR DA PARTE AUTORA

Preliminarmente, cumpre salientar que o exame do mérito processual depende do preenchimento dos pressupostos processuais. Em se tratando de demanda previdenciária, merece especial atenção o interesse processual de agir, o qual resta não atendido quando a **parte autora sequer tenta administrativamente a concessão/restabelecimento do benefício ora pleiteado na via judicial.**

Na medida em que o Poder Judiciário figura como *ultima ratio*, sua provocação só é cabível quando configurada efetiva necessidade do processo enquanto instrumento estatal destinado à heterocomposição de litígios. Inexistindo pretensão resistida pelo INSS, não há que falar em lide, restando, por sua vez, descaracterizado o interesse processual de agir da parte autora (CPC, art. 17). Nesse sentido, a propósito, o entendimento recentemente consolidado pelo STF por ocasião do RE nº 631.240/MG, tendo em vista que o princípio da inafastabilidade da jurisdição só incide quando presente “*lesão ou ameaça a direito*” (CRFB, art. 5º, XXXV).

Portanto, uma vez configurada a ausência de interesse processual de agir, deve se proceder à extinção do processo sem resolução de mérito (CPC, art. 485, VI).

6. DA PRESCRIÇÃO

Em caráter prejudicial de mérito, deve o douto magistrado se atentar para a **prescrição de parcelas eventualmente vencidas antes do quinquênio que antecede o ajuizamento da presente demanda**, nos termos do artigo 103, parágrafo único, da Lei 8.213/91^[4] e do art. 1º do Decreto 20.910/32^[5], **dispositivo este último que autoriza ainda a prescrição da pretensão contra indeferimento administrativo anterior ao aludido prazo quinquenal.**

Outrossim, caso eventualmente afastada a prescrição contra absolutamente incapaz, salienta-se que tal ressalva somente deve ser feita quanto à respectiva cota-parte, não aproveitando a fração cabível a pessoa total ou

relativamente capaz que tenha se quedado inerte, lembrando ainda que o atingimento da idade de 16 (dezesesseis) anos dá início ao prazo de 90 (noventa) dias para requerimento do benefício^[6]. Neste sentido, impende trazer à colação o seguinte julgado, exemplificativa a jurisprudência nacional:

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. PENSÃO POR MORTE. MENOR DE DEZESEIS ANOS NA DATA DO ÓBITO. REQUERIMENTO FEITO APÓS 30 DIAS DA DATA QUE COMPLETOU 16 ANOS. DIB DO BENEFÍCIO. DATA DO ÓBITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Tratando-se de dependente de até 16 anos de idade, a jurisprudência majoritária e o próprio INSS (art. 318 da IN do INSS nº 45/2010) entendem que a pensão é devida a partir do óbito, quando requerida até trinta dias após completar essa idade. Para esse fim, equipara-se ao menor de até 16 anos os absolutamente incapazes, na forma do art. 3º do CC. **2.** O autor completou 16 anos em 09/11/2009 (fl. 09) e só deu entrada no requerimento administrativo em 26/05/2010 (fl. 31). **3.** Apelação da parte autora não provida.

(Processo nº.: 00052841420114013306. Relator: Juiz Federal Pedro Braga Filho. Órgão: TRF1. Órgão julgador: 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia. Data da decisão: 15/05/2015. Data da publicação: 18/11/2015)

7. DA OBRIGATORIEDADE DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Conforme preceitua o Código de Processo Civil, havendo interesse de menor absolutamente incapaz, é obrigatória a intimação do Ministério Público Federal, a fim de que este possa intervir como fiscal da ordem jurídica, sob pena de nulidade de todos os atos processuais que se seguirem:

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na [Constituição Federal](#) e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

(...)

Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

8. DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

Haverá litisconsórcio necessário sempre que comando legal ou a própria relação jurídica de direito material tornar indispensável a presença dos litigantes no plano processual. Daí a compulsoriedade (não facultatividade) dessa espécie de litisconsórcio.

Compulsando a lei de benefícios, no plano da relação jurídica de direito material, verifica-se que **tanto a esposa/companheira, como os filhos menores de 21 (vinte e um) anos de idade encontram-se na qualidade de dependentes, em caráter concorrente** (Lei nº 8.213/1991, art. 16, I c/c art. 77, *caput*). Portanto, **na medida em que o direito material de um exclui ainda que parcialmente o de outro dependente (rateio da pensão por morte), resta notória a colidência de interesses, que, projetada no plano do direito processual, faz incidir a figura do litisconsórcio necessário.**

Destarte, **caso constatada pensão por morte com mesmo instituidor ou a existência de dependente cujo direito possua o condão de comprometer o da parte autora, resta configurado litisconsórcio necessário, em razão da natureza da relação jurídica. Nessa hipótese, deve ser aberto prazo para a parte autora promover a regularização da relação jurídica processual, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (CPC, art. 114, parágrafo único c/c art. 485, IV) ou nulidade processual.**

9. DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PRETENDIDO

A pensão por morte é o benefício pago aos dependentes do segurado, que falecer, aposentado ou não, conforme previsão do art. 201, V, da Constituição Federal, regulamentada pelo art. 74 e ss., da Lei 8.213/91. Diz o art. 74, acima referido:

Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

~~I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)~~

I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste; (Redação pela Lei nº 13.183, de 2015)

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida. (Incluído pela Lei nº 9.528, de 1997)

§ 1º Perde o direito à pensão por morte, após o trânsito em julgado, o condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do segurado. (Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)

§ 2º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assim, nota-se que três são os requisitos para a concessão da pensão por morte:

- a) o óbito;
- b) a qualidade de segurado daquele que faleceu;
- c) a dependência econômica em relação ao segurado(a) falecido(a).

Destarte, em não havendo o preenchimento simultâneo dos requisitos acima, não deve a pensão por morte ser concedida.

Por fim, é importante lembrar que a pensão por morte temporária para cônjuges e companheiros entrou em vigor da MP 664/2014, posteriormente convertida na Lei 13.135/2015, iniciando vigência em 14/01/2015, sendo aplicável aos óbitos a partir desta data à luz do Princípio *Tempus Regit Actum*.

Em regra, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais (no caso, 18 meses de atividade rural comprovada) ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado, a pensão por morte será paga por apenas 4 (quatro) meses ao cônjuge, companheiro ou companheira, salvo se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho.

Conforme bem exposto por Frederico Amado^[7], esta exigência de um mínimo de 18 contribuições pagas pelo segurado para que a pensão por morte não se limite a quatro meses de pagamento é restrita ao cônjuge, companheiro e companheira, não sendo exigível para os demais dependentes (filhos e equiparados, pais e irmão).

Logo, se o segurado faleceu com menos de 18 (dezoito) meses de atividade rural ou com menos de 2 anos de casamento ou união estável, a pensão por morte durará por apenas 4 meses, a não ser que a morte decorra de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, hipótese na qual serão aplicados os prazos de cessação.

Por sua vez, transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável, ou se então o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, a pensão terá a seguinte duração, sendo vitalícia apenas se o pensionista tiver 44 anos de idade no dia da morte:

- 1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

- 2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;
- 3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;
- 4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;
- 5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;
- 6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

10. DO INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL

No que tange à comprovação do **tempo de labor rural**, exige a legislação **início razoável de prova material**, requisito que resta não preenchido quando verificada alguma das circunstâncias abaixo elencadas:

a) Documento extemporâneo: produzido aquém ou além do período de carência a ser comprovado e, portanto, não contemporâneo ao interregno legal. A Turma Nacional de Uniformização e Jurisprudência – TNUJ, responsável pela consolidação da Jurisprudência nos Juizados Especiais Federais, editou duas súmulas sobre a matéria:

Súmula 34, TNU. Para fins de comprovação do tempo de labor rural, o início de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos a provar.

Súmula 54, TNU. Para a concessão de aposentadoria por idade de trabalhador rural, o tempo de exercício de atividade equivalente à carência deve ser aferido no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo ou à data do implemento da idade mínima.

Em igual sentido o TRF da 1ª. Região, cujas decisões mais recentes não vêm aceitando documentos muito antigos, isto é, que não coincidem, ainda que infimamente, com o período equivalente ao da carência:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL CONTRADITÓRIA. PERÍODO DE CARÊNCIA NÃO COMPROVADO. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA.

(...)

2. Na hipótese, apesar de haver, em tese, início razoável de prova documental (certidão de óbito do esposo da parte autora, datada de 30/09/1980, onde consta a profissão de vaqueiro), a parte autora deixou de apresentar prova documental dentro do período de carência exigido (1996 a 2011), limitando-se a colacionar documentos outros referentes aos anos de 1978 e 1980.

3. Os testemunhos colhidos pelo Juízo a quo foram frágeis e contraditórios e, portanto, insuficientes a viabilizar a devida comprovação do exercício da atividade rural pelo tempo necessário ao deferimento do benefício. 4. Considerado o caráter social que permeia o Direito Previdenciário, a coisa julgada opera efeitos secundum eventum litis ou secundum eventum probationis, permitindo a renovação do pedido, ante novas circunstâncias ou novas provas. Precedentes. 5. Apelação da parte autora não provida.

(TRF da 1ª. Região, AC 0030460-62.2014.4.01.9199 / MG, publicado em 20.03.2015).

b) Documento em nome de terceiro: faz prova quanto ao terceiro, mas não quanto ao falecido(a), mormente quando aquele figura estranho ao grupo familiar.

c) Documento contraditório: contém informação que não se coaduna com a de labor ou residência rural, a exemplo de profissão ou endereço urbano.

d) Documento sem valor probatório: quando tal informação consta do próprio documento (ex.: certidão eleitoral).

e) Documento particular: só faz prova de sua formação (NCPC, art. 405, *a contrario sensu*), de modo que

os dados declarados só se presumem verdadeiros em relação ao signatário (NCPC, art. 408), mas não quanto ao falecido(a) ou seu grupo familiar.

f) Documento atípico: não consta do art. 106 da Lei 8.213/1991, nem do Decreto nº 3.048/1999, art. 62, § 2º, II e tão menos da IN nº 77 INSS/PRES, de 21 de janeiro de 2015, art. 47, como válido para servir de início de prova material do labor rural.

g) Declaração, ainda que acompanhada de documento de terra, de atividade rural emitida por terceiro: quanto à declaração, esta não constituiu documento válido para ser considerado como prova, haja vista que referido documento somente faz prova de sua formação (NCPC, art. 405, *a contrario sensu*), de modo que os dados declarados só se presumem verdadeiros em relação ao signatário (NCPC, art. 408), mas não quanto ao falecido(a).

Outrossim, é importante salientar que declarações assinadas por particulares, desprovidas de qualquer cunho oficial, ainda quanto acompanhadas de documento de terra, equiparam-se a depoimentos pessoais reduzidos a termo, ou seja, prova testemunhal instrumentalizada, não servindo, portanto, como início razoável de prova material. Nesse sentido também é a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR(A) RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. AUSÊNCIA. PEDIDO IMPROCEDENTE.

1. Os documentos colacionados pela parte são inservíveis como início razoável de prova material indispensável para a concessão do pedido.

2. Documento produzido próximo ou posteriormente à data do óbito, contemporaneamente ao requerimento do benefício, e/ou documento sem qualquer menção à atividade rural da parte autora ou de seu núcleo familiar não serve ao fim a que se destina.

3. Documentos que não se revestem das formalidades legais como carteiras, comprovantes e declarações de Sindicatos sem a devida homologação pelo INSS ou Ministério Público; declarações escolares, de Igrejas, de ex-empregadores e afins; prontuários médicos; recibos de atividades diversas daquelas ligadas à atividade rural; dentre outros não podem ser considerados como início razoável de prova material apto à comprovação do efetivo exercício da atividade rural.

4. Declarações particulares, ainda que acompanhadas de registros de terras rurais em nome de terceiros, constituem única e exclusivamente prova testemunhal instrumentalizada, não suprimindo, portanto, a indispensabilidade de início de prova material.

5. A qualificação de lavrador(a) apenas na certidão de óbito, não corroborada por prova material anterior ao falecimento, não pode ser considerado como início razoável de prova material apto à comprovação do efetivo exercício de atividade rural.

6. Dispensável a análise da prova testemunhal porventura produzida, uma vez que, a teor da Súmula 27 deste Tribunal, "não é admissível prova exclusivamente testemunhal para reconhecimento de tempo de exercício de atividade urbana e rural".

7. Apelação não provida.

(Apelação Cível nº 00153994020094019199. Relator: Desembargadora Ângela Catão. Órgão: TRF1. Órgão julgador: Primeira Turma. Fonte: e-DJF1 DATA:08/04/2015 PAGINA:117. Data da decisão: 23/10/2014. Data da publicação: 08/04/2015).

No mesmo sentido já se manifestou o STJ:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO. VALORAÇÃO DE PROVA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA.

1. (omissis)

2. "A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento."(artigo 55, parágrafo 3º, da Lei 8.213/91).

3. O início de prova material, de acordo com a interpretação sistemática da lei, é aquele feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade nos períodos a serem contados, devendo ser contemporâneos dos fatos a comprovar, indicando, ainda, o período e a função exercida pelo trabalhador.

4. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que para fins de concessão do benefício de aposentadoria por idade, o início de prova material deverá ser corroborado por idônea e robusta prova testemunhal.

5. Em havendo o acórdão recorrido afirmado que, a par de não bastante à demonstração do tempo de serviço a prova documental, a testemunhal era insuficiente à comprovação da atividade rural desempenhada pelo segurado, a preservação da improcedência do pedido de aposentadoria por idade é medida que se impõe.

6. Ademais, a 3ª Seção desta Corte tem firme entendimento no sentido de que a simples declaração prestada em favor do segurado, sem guardar contemporaneidade com o fato declarado, carece da condição de prova material, exteriorizando, apenas, simples testemunho escrito que, legalmente, não se mostra apto a comprovar a atividade laborativa para fins previdenciários (REsp 205.885/SP, Relator Ministro Vicente Leal, in DJ 30/10/2000).

7. Recurso não conhecido.

(REsp 434015/CE, STJ, 6ª Turma, Relator Ministro Hamilton Carvalhido, DJ de 17/03/2003).

Dessa forma, diante do exposto acima, não é possível que a parte autora se valha dos documentos de terra em nome de terceiro, visando comprovar o exercício do labor rural pelo falecido(a).

h) Documentos sindicais: documentos que, enquanto particulares, só fazem prova de sua formação (NCPD, art. 405, *a contrario sensu*), de modo que os dados declarados só se presumem verdadeiros em relação ao signatário (NCPD, art. 412) — o presidente/secretário do sindicato, na qualidade de emissor da carteira/documento —, mas não quanto ao falecido(a).

Outrossim, tal espécie documental, sem a homologação do INSS, ou pelo Ministério Público, não consta do art. 106 da Lei 8.213/1991, nem do Decreto nº 3.048/1999, art. 62, § 2º, II e tão menos da IN nº 77 INSS/PRES, de 21 de janeiro de 2015, art. 47, como válido para servir de início de prova material do labor rural. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LABOR RURAL. COMPROVAÇÃO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. DECLARAÇÃO. SINDICATO. AUSÊNCIA DE HOMOLOGAÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPRESTABILIDADE. SÚMULA 168/STJ. INCIDÊNCIA. 1. **A teor da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, a declaração de sindicato rural não homologada pelo Ministério Público não constitui início de prova material para fins de comprovação de tempo de atividade rural. Nesse sentido: EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1.010.725/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 6/11/2012, DJe 19/11/2012; AgRg no REsp 1.171.571/SP, de minha relatoria, SEXTA TURMA, julgado em 6/11/2012, DJe 19/11/2012; e AR 3.202/CE, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/4/2008, DJe 6/8/2008.**

2. Nos termos da Súmula 168/STJ, não cabem embargos de divergência quando o acórdão embargado se alinha ao entendimento da jurisprudência do Tribunal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos REsp 1140733 / SP, Relator: Ministro OG FERNANDES, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data do Julgamento: 22/05/2013, DJe 31/05/2013)

Finalmente, ainda no que se refere à prova material, vale citar os seguintes julgados prolatados pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR (A) RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL: AUSÊNCIA. SENTENÇA MANTIDA. 1. **O exercício efetivo de atividade rural**

deve ser demonstrado por meio de razoável início de prova material, corroborado por prova testemunhal.2. Os documentos colacionados pela parte autora são inservíveis como início razoável de prova material, indispensável para a concessão do benefício pretendido.3. Documento produzido próximo ou posteriormente à data do implemento etário, contemporaneamente ao requerimento do benefício, e/ou documento sem qualquer menção à atividade rural da parte autora ou de seu núcleo familiar não serve ao fim a que se destina.4. Documentos que não se revestem das formalidades legais como carteiras, comprovantes e declarações de Sindicatos sem a devida homologação pelo INSS ou Ministério Público; declarações escolares, de Igrejas, de ex-empregadores e afins; prontuários médicos; recibos de atividades diversas daquelas ligadas à atividade rural; dentre outros não podem ser considerados como início razoável de prova material apto à comprovação do efetivo exercício da atividade rural.5. Declarações particulares, ainda que acompanhadas de registros de terras rurais em nome de terceiros, constituem única e exclusivamente prova testemunhal instrumentalizada, não suprimindo, portanto, a indispensabilidade de início de prova material. 6. Dispensável a análise da prova testemunhal porventura produzida, uma vez que, a teor da Súmula 27 deste Tribunal, “não é admissível prova exclusivamente testemunhal para reconhecimento de tempo de exercício de atividade urbana e rural”. 7. Apelação não provida.

(Apelação Cível nº 0021113-39.2013.4.01.9199/PA [processo origem: 0002966-33.2010.8.14.0040]. Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão. Órgão: TRF1. Órgão julgador: Primeira Turma. Data da decisão: 06/08/2014. Data da Publicação: 07/11/2014)

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. INADMISSIBILIDADE. 1. Remessa Oficial conhecida de ofício: inaplicabilidade do §§ 2º e 3º do artigo 475 do CPC, eis que ilíquido o direito reconhecido e não baseando em jurisprudência ou Súmula do STF ou do STJ. 2. Reconhecimento de tempo de serviço prestado na condição de trabalhadora rural exige início razoável de prova material. É inadmissível prova exclusivamente testemunhal. 3. Requisito etário: 05/02/2008 (nascimento 05/02/1953). Carência: (13,5 anos). 4. Não obstante os depoimentos colhidos afirmem a dedicação ao trabalho rural, a parte autora não se desincumbiu do ônus de instruir a inicial com documentos comprobatórios de sua atividade campesina. **A carteira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (fl. 10) sem comprovantes de recolhimento de contribuição; a certidão de casamento (fl. 11) sem qualificação do labor rural da requerente ou do conjuge; o contrato particular de comodato (fl. 15), que não goza de fé pública e equipara-se a prova testemunhal; as fichas de matrícula escolar dos filhos (fls. 12/13) e a certidão da Justiça Eleitoral, (fl. 19), que, por si só, não traz a certeza e a segurança jurídica, necessárias, eis que retificável a qualquer tempo; o ITR de 2008 em nome do cônjuge (fl. 21) que não cumpre a carência; não são aptos à configuração do início razoável de prova, pois não comprovam a condição de rurícola do requerente.** Acrescente-se que o cônjuge se encontra aposentado na condição de contribuinte individual. 5. Deferida a gratuidade de justiça requerida na inicial, fica suspensa a execução dos honorários de advogado arbitrados em R\$ 788,00, enquanto perdurar a situação de pobreza do autor pelo prazo máximo de cinco anos, quando estará prescrita, com base no art. 12 da Lei nº 1.060/50. 6. Apelação e remessa oficial providas para julgar improcedente o pedido inicial.

(Apelação Cível nº 00451454520124019199. Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha. Órgão: TRF1. Órgão julgador: Segunda Turma. Fonte: e-DJF1 DATA:28/08/2015 PAGINA:581. Data da decisão: 24/06/2015. Data da publicação: 28/08/2015).

PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR(A) RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. CERTIDÃO DE CASAMENTO. VÍNCULOS LABORAIS URBANOS POSTERIORES AO MATRIMÔNIO. CONDIÇÃO DO MARIDO EXTENSIVA À ESPOSA. IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. 1. A sentença proferida está sujeita à remessa oficial, eis que

de valor incerto a condenação imposta ao INSS. 2. Não há necessidade de prévia postulação administrativa como condição para ajuizamento de ação judicial voltada à concessão do benefício de aposentadoria rural por idade. Precedentes 3. No caso concreto: Requisito etário: 2010 (carência: 14,5 anos) Documento: Certidão de casamento/profissão do cônjuge lavrador (1976 - fl. 15) e Certidão de imóvel rural (1988 - fl. 65). CNIS da autora: vínculo urbano de longa duração posterior aos documentos que instruíram a inicial período de 03/2001 a 12/2008. Prova testemunhal: afirmam que a autora sempre trabalhou no meio rural com seu esposo, em nada mencionando o vínculo urbano de quase 07 (sete) anos com a Prefeitura Municipal. 4. Os documentos que, em regra, são admitidos como início de prova material do labor rural alegado, passam a ter afastada essa serventia, quando confrontados com outros documentos que ilidem a condição campesina outrora demonstrada. **5. Desconsideração, para fins probantes, da certidão de casamento na qual consta a profissão da parte ou de seu cônjuge, como lavrador, em razão da existência de registros de vínculos laborais urbanos posteriores ao matrimônio, por duração temporal suficiente para o afastamento do teor probante daquela documentação e que, inclusive, podem ter ensejado deferimento de benefício dessa natureza (conforme consulta CNIS, INFBEN, PLENUS).** 6. A fragilidade da prova testemunhal produzida não permitiu a comprovação do exercício do labor rural alegado pelo tempo necessário ao deferimento do benefício requerido. 7. Na hipótese de ter sido concedida tutela antecipada em 1º Grau, evoluindo posicionamento anteriormente adotado, curvo-me ao entendimento firmado pela S1/STJ, em acórdão proferido no REsp n. 1.401.560, submetido ao regime do art. 543-C do CPC, segundo o qual, ante o caráter precário das decisões judiciais liminares e antecipatórias de tutela, de conhecimento inescusável (art. 3º da LINDB), mostra-se desproporcional o Poder Judiciário desautorizar a reposição do principal ao Erário quando reconhecida a improcedência do pedido nesta Corte Recursal. 8. Apelação e remessa oficial providas.

(Apelação Cível nº00370424924920124019199. Relator: Desembargador Federal Candido Moraes. Órgão: TRF1. Órgão julgado: Segunda Turma. Fonte: e-DJF1 DATA:18/09/2015 PAGINA:2339. Data da decisão: 22/07/2015. Data da Publicação: 18/09/2015)

Por fim, a exigência legal de início razoável de prova torna inviável a concessão de benefício com base em prova exclusivamente testemunhal (Lei nº 8.213/1991, art. 55, § 3º), o que pode ensejar inclusive o julgamento antecipado do mérito (CPC, art. 355, I):

§ 3º A comprovação do tempo de serviço para os efeitos desta Lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal (...)

Aliás, o Superior Tribunal de Justiça, a mais alta corte interpretativa de legislação federal, sumulou a matéria:

Súmula 149, STJ. A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.

Outrossim, cabe ressaltar que a restrição à prova testemunhal é plenamente compatível com o art. 5.º, LVI, da CF/88, vez que tal dispositivo apenas tratou das provas ilícitas.

As provas lícitas, tendo em vista as peculiaridades de cada caso, ficou relegada ao legislador ordinário, no trato da legislação processual civil, a teor do art. 22, I, da CF/88.

Neste diapasão, cabe salientar que o art. 442 do NCPC prescreve que a prova testemunhal é sempre admissível, salvo disposição de lei em sentido contrário. É exatamente o caso em questão, em que o legislador ordinário, ao tratar de tempo de serviço para fins previdenciários, exige início de prova documental, não sendo admissível a testemunhal.

Nessas condições, portanto, restando inexistente o início de prova material da suposta atividade rural do

de cujus, cujo o **ônus probatório** lhe pertence (NCPC, art. 373, I), a improcedência total do pedido é medida que se faz necessária, reconhecendo-se, por consequência, a ausência de direito quanto ao benefício previdenciário veiculado na exordial.

11. DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA ANTERIOR E DA NÃO PRESUNÇÃO ABSOLUTA QUANDO A CONDIÇÃO DE SEGURADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O fato de já ter havido concessão anterior de benefício, não gera necessariamente a presunção absoluta quanto a condição de segurado da previdência social na discussão em sede judicial. Isto é, esse fato por si só, não é capaz de comprovar as lides rurais em regime de economia familiar.

Em virtude da enorme carga de trabalho a qual estão submetidos os servidores do INSS, pode ter acontecido de um destes ter sido induzido em erro ao conceder o benefício anterior, não sendo justificável perpetuar eventual equívoco, caso o mesmo tenha ocorrido. Inclusive, diante da constatação de uma ilegalidade na concessão do benefício, se a própria Administração Pública poderia, no exercício de seu poder-dever de autotutela, rever o ato administrativo exarado, mais razão assiste quanto a possibilidade de tal correção poder ser efetuada em sede judicial, não podendo tal Poder se eximir de seu dever da análise da legalidade dos atos realizados pelos Poderes estatais.

Destarte, entende-se necessário que a parte autora prove todos os requisitos necessários para a concessão do benefício pretendido, no caso, a condição de segurado especial do *de cujus*.

Ocorre que, se, aparentemente, o(a) falecido(a) conseguiu reunir provas da sua suposta condição de segurado especial em sede administrativa, não seria difícil para a parte autora reunir o conjunto fático-probatório necessário para a concessão do benefício ora pleiteado em sede judicial.

Neste diapasão, é importante salientar que a eventual concessão de uma pensão por morte poderá provocar o dispêndio de verbas públicas por prazo indeterminado, entendendo-se ser prudente, e necessária, a verificação da efetiva condição de segurado do *de cujus*, haja vista o fraco conjunto probatório colacionado aos autos.

12. DA IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DA PENSÃO POR MORTE PELO NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA

Por vezes, a(s) parte(s) autora(s) alega(m) que a pensão por morte seria cabível, haja vista que o falecido, a data do óbito, já contava com a carência necessária para a obtenção de aposentadoria por idade. Todavia, mesmo que supostamente o falecido já tivesse realmente completado o período de carência necessário, ainda assim, não seria possível a concessão da pensão com base em tal argumento pelas razões seguintes expostas.

Realmente, diante da perda da qualidade de segurado, seria possível a procedência do pedido caso o *de cujus* já tivesse preenchido TODOS os requisitos para a aposentadoria, consoante dispõe o art. 102 da lei nº 8.213/91:

Art. 102. A perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

§ 1º A perda da qualidade de segurado não prejudica o direito à aposentadoria para cuja concessão tenham sido preenchidos TODOS os requisitos, segundo a legislação em vigor à época em que estes requisitos foram atendidos (destacou-se)

§ 2º Não será concedida pensão por morte aos dependentes do segurado que falecer após a perda desta qualidade, nos termos do art. 15 desta Lei, salvo se preenchidos os requisitos para obtenção da aposentadoria na forma do parágrafo anterior.

A lei é clara ao estabelecer que para a concessão da pensão por morte se faz necessário o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria quando do óbito do falecido, o que não ocorreu no caso em tela, haja vista que quando do falecimento não havia sido preenchido pelo menos um dos requisitos necessários para a concessão da aposentadoria, qual seja, o fator etário, isto é, o *de cujus* ainda não contava com a idade suficiente para poder se aposentar.

Destarte, diante do exposto, não há como dobrar a lei, impondo situação que vá de encontro ao seu texto expresso. **Assim, não se tendo alcançado o preenchimento de todos os requisitos para a aposentadoria, não há que falar em concessão de pensão por morte, mormente porque o falecido já não mais possuía qualquer tipo de ligação ao regime previdenciário brasileiro à época de sua morte.** Entender diferente significa conceder um benefício previdenciário a quem não faz jus, colocando em risco o sistema previdenciário brasileiro.

Neste sentido, inclusive, decidi, recentemente, a Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 0001076-51.2011.4.03.6306-SP).

13. DO NÃO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE RURAL EM PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO ÓBITO

Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento que o trabalhador rural deve comprovar estar exercendo a atividade rural no momento imediatamente anterior ao requerimento de aposentadoria para ser enquadrado nas regras de transição da aposentadoria rural por idade.

A discussão envolvia a aplicação do artigo 143 da Lei nº 8.213/91, que estabeleceu regras de transição para a inclusão dos trabalhadores rurais no Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Hoje, o trabalhador rural tem o direito de se aposentar por idade aos 60 anos, se do sexo masculino, ou aos 55 anos, se do sexo feminino.

A regra de transição do artigo 143 foi criada para beneficiar o trabalhador rural, dispensando o efetivo recolhimento da contribuição previdenciária mensal para esse tipo de segurado no caso de pedido de aposentadorias por idade apresentados até julho de 2016. Assim, enquanto estiver vigente a regra de transição, o trabalhador rural pode requerer a aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, desde que comprove o exercício de atividade rural durante um número de meses equivalente ao período de carência. Esse período, atualmente, é de 180 meses (15 anos).

O ponto que gerou controvérsia diz respeito à necessidade de o trabalhador estar exercendo a atividade rural no momento imediatamente anterior ao pedido de aposentadoria. Para a AGU, o período de carência de 180 (cento e oitenta) meses de atividade rural pode ser exercido de forma contínua ou em intervalos. Contudo, o trabalhador deve obrigatoriamente estar exercendo a atividade rural no momento anterior ao requerimento da aposentadoria.

A discussão que surgiu no Judiciário é se essa regra de transição poderia ser aplicada a outros trabalhadores que tenham exercido quinze anos de atividade rural em algum momento da sua vida, mas que depois tenham optado por trabalhos urbanos ou por não desempenhar qualquer atividade econômica. O STJ adotou integralmente o entendimento da AGU, indicando que se, ao alcançar a idade exigida para a aposentadoria, o trabalhador segurado deixar de exercer atividade rural, sem ter atendido a regra transitória de 15 anos de atividade rural, não terá direito à aposentadoria por idade rural.

Foi decidido, ainda, que o INSS deve exigir a comprovação da atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento.

Como o caso foi julgado em sede de Recurso Especial Repetitivo, o entendimento do STJ deverá ser aplicado a todos os casos semelhantes sob análise da Justiça.

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL NO PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO REQUERIMENTO. REGRA DE TRANSIÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 143 DA LEI 8.213/1991. REQUISITOS QUE DEVEM SER PREENCHIDOS DE FORMA CONCOMITANTE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Tese delimitada em sede de representativo da controvérsia, sob a exegese do artigo 55, § 3º combinado com o artigo 143 da Lei 8.213/1991, no sentido de que o segurado especial tem que estar laborando no campo, quando completar a idade mínima para se aposentar por idade rural, momento em que poderá requerer seu benefício. Se, ao alcançar a faixa etária exigida no artigo 48, § 1º, da Lei 8.213/1991, o segurado especial deixar de exercer atividade rural, sem ter atendido a regra transitória da carência, não fará jus à aposentadoria por idade rural pelo descumprimento de um dos dois únicos critérios legalmente previstos para a aquisição do direito. Ressalvada a hipótese do direito adquirido em que o segurado especial preencheu ambos os requisitos de forma

concomitante, mas não requereu o benefício.

2. Recurso especial do INSS conhecido e provido, invertendo-se o ônus da sucumbência. Observância do art. 543-C do Código de Processo Civil. (STJ, REsp 1.354.908/SP, RECURSO ESPECIAL 2012/0247219-3, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES; Data do julgamento: 09/09/2015; Data da publicação: 10/02/2016).

Ora, fica claro que referido entendimento também deve ser aplicado para os casos de requerimento do benefício de pensão por morte, nos quais a parte autora alega que o *de cujus* seria enquadrado na qualidade de segurado especial em vida, haja vista que supostamente exercia o labor rural em regime de economia familiar.

O STJ é claro ao dispor que o segurado especial tem que estar laborando no campo, quando completar a idade mínima para se aposentar por idade rural. Destarte, por decorrência lógica de tal entendimento, em não se provando que o(a) falecido(a) era trabalhador campestre quando do óbito, também não há que falar em concessão do benefício de pensão por morte a seus dependentes, ressalvada a hipótese do direito adquirido em que o segurado especial preencheu ambos os requisitos para a concessão de aposentadoria por idade de forma concomitante (carência e idade), mas não requereu o benefício em vida.

Dessa forma, caso a parte autora não apresente documentação idônea que ateste a condição de trabalhador(a) rural do *de cujus*, no período imediatamente anterior ao falecimento, descumprindo o ônus processual do art. 320 c/c art. 373, I, ambos do NCPC, deve a presente demanda ser julgada totalmente improcedente.

14. DOS VÍNCULOS URBANOS

Além dos requisitos positivos, a condição de segurado especial também depende do atendimento de requisito **negativo**, isto é, a ausência de **vínculo urbano superior a 120 (cento e vinte) dias por ano**, sob pena de **perda da qualidade de segurado especial** (Lei nº 8.213/1991, art. 11, § 9º, III). Portanto, uma vez constatada a extrapolação do limite legal em qualquer dos documentos acostados aos autos, resta inviável a pretensão deduzida em juízo.

15. DA ACESSORIEDADE DA ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL

Caso se constate que a **documentação encartada aos autos revela a accessoriedade da atividade rural em regime de economia familiar (quando existente)**, como, por exemplo, diante da existência de vínculos empregatícios, recolhimentos na qualidade de contribuinte individual ou facultativo, o pedido deve ser julgado improcedente, pois tal situação não se coaduna com a qualidade de segurado especial da parte autora.

É dizer: **comprometida, pois, estará a qualidade de segurado especial necessária à concessão do pleito declinado na preambular, razão pela qual o pedido vertido na inaugural deve ser julgado improcedente, em sua totalidade.**

16. DO ENDEREÇO PRINCIPAL EM ZONA URBANA

Verificados endereços urbanos em nome do(a) falecido(a), fragilizada estará a alegação da parte autora posta na vestibular de que o *de cujus* exercia atividade rural em regime de economia familiar, pelo que não faz jus ao benefício requerido.

Dessarte, a improcedência do pedido será a medida inafastável, sob pena de ferimento do ordenamento jurídico pátrio.

17. DA QUALIDADE DE DEPENDENTE

Quanto à qualidade de dependente, em se tratando de companheiro(a), argumenta-se a necessidade de prova **inequívoca** de união estável, sob pena de concessão indevida de benefício. Nesse contexto, deve o douto magistrado

se atentar à ocorrência sobretudo dos seguintes aspectos:

- a) ausência de prova de endereço em comum;
- b) número de filhos insuficiente para prova de convivência, mormente quando se encontra a data de nascimento distante do período a ser comprovado.
- c) inviabilidade de autodeclaração, pois tal hipótese equivale às alegações da petição inicial, não possuindo natureza de meio probatório.
- d) inadmissibilidade de declaração de terceiros, porquanto tal hipótese se substituiria à prova testemunhal, todavia, sem o contraditório do INSS e o crivo do Juiz.

Ressalte-se que, havendo colheita de prova oral, esta deve confirmar não apenas a convivência do casal, mas a manutenção da união estável até a data do óbito, sob pena de improcedência do pedido, tendo em vista o ônus probatório da parte autora (NCPC, art. 373, I)

Lado outro, em se tratando de dependentes de 2ª e 3ª categorias (Lei nº 8.213/1991, art. 16, II e III), a concessão do benefício depende de prova inequívoca da dependência econômica.

Por fim, é cediço que o cônjuge separado de fato apenas fará jus à pensão por morte se demonstrar dependência econômica.

É certo que a certidão de casamento se reveste de presunção relativa^[8], e não havendo prova de que a autora mantinha a relação de união com o *de cujus* antes do óbito, esta não fará jus ao benefício pleiteado, tendo em vista a perda da qualidade de dependente nos termos da legislação previdenciária.

Assim dispõe a Lei n. 8.213/91, em seu art. 76, § 2º^[9], ao prever, para os cônjuges separados judicialmente ou de fato, a necessidade de que haja a prestação de alimentos para que se caracterize a condição de dependente, sem o que reputa-se a mesma perdida, nos termos do art. 17, I^[10], do Decreto n. 3.048/99. Nesse caso, seria necessário provar a continuidade da dependência econômica a despeito da separação. Nesse sentido, cabe transcrever os seguintes arestos:

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. RECEBIMENTO. EX-ESPOSA. SERAÇÃO JUDICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DA DEPENDÊNCIA ECONOMICA. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. Quanto à concessão de pensão, o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 da Lei nº. 8.213/91. 2. Na espécie, verifica-se que a pensão alimentícia foi arbitrada apenas em nome do filho da demandante, subsistindo para ela apenas o recebimento do benefício, em face dela ter ficado com o encargo de guarda do menor, nos termos da sentença de separação judicial colacionada aos autos. Deste modo, não possui a autora o direito à concessão da pensão, eis que não se enquadra nos termos do art. 76, parágrafo 2º, da Lei nº. 8.213/91, acima transcrito. 3. Precedentes desta egrégia Corte. 4. Apelação do particular improvida. (TRF5, AC 00018504020104059999, Rel. Des. Federal Francisco Wildo, 2ª Turma, DJE - Data:02/09/2010 – Pág.:465)

PREVIDENCIÁRIO – AGRAVO INTERNO – PENSÃO POR MORTE – CÔNJUGE SUPÉRSTITE SEPARADO DE FATO - INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DEPENDÊNCIA ECONÔMICA - ART. 76, §§ 1º E 2º DA LEI 8.213/91 – AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE DE RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO.

1. Agravo Interno em ação ajuizada em face do INSS, objetivando o restabelecimento de benefício de pensão por morte.

2. A argumentação da agravante em nada abala a decisão agravada, com respaldo em jurisprudência do STJ, que tem firmado o entendimento de que a dependência econômica de cônjuge supérstite, separado de fato, deve ser comprovada.

3. In casu, não restou demonstrada a dependência econômica da agravante, que não recebia pensão alimentícia, razão pela qual não procede seu pedido de restabelecimento do benefício, que atualmente é pago apenas à companheira e à filha desta com o de cujus (fl. 47), também não sendo

suficiente a mera alegação de que não requereu o pensionamento por medo de represálias.

4. Agravo Interno conhecido, mas não provido (TRF2, AC 2005.51.04.003223-8, 1ª Turma Especializada, E-DJF2R - Data:06/12/2010).

PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE DE EX-CÔNJUGE. TEMPUS REGIT ACTUM. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA NÃO DEMONSTRADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL INEXISTENTE. - Possível a antecipação dos efeitos da tutela no âmbito da sentença, inclusive contra a Fazenda Pública, tendo em vista a necessidade da medida assecuratória do resultado específico - prestação jurisdicional de natureza eminentemente alimentar. - Não há que se falar em carência da ação por de falta de interesse de agir da autora, posto ser direito seu buscar perante o Poder Judiciário reconhecimento de relação jurídica de segurado, para efeitos previdenciários, nos termos do artigo 4º, inciso I, do Código de Processo Civil. Matéria preliminar rejeitada. - Aplicação da lei vigente à época do óbito, consoante princípio tempus regit actum. - A pensão por morte é benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado. No caso de separação judicial, além da qualidade de segurado do de cujus, deve a ex-esposa comprovar sua condição de economicamente dependente do falecido, pois esta não se presume, em razão de não estar contida no rol do inciso I do artigo 16 da LBPS. - Ausente o requisito da dependência econômica, ante a insuficiência do conjunto probatório. Início de prova material inexistente, impondo-se a negativa da concessão de pensão post mortem. - Apelação e remessa oficial providas, para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido, revogando a tutela anteriormente concedida. (TRF1, Apelação 200703990041534, Rel. Juíza Convocada Márcia Hoffmann, 8ª Turma, DJF3 CJ1 Data:18/04/2011 Pag.: 1474)

Ademais, o Decreto n. 3.048/99, em seu art. 143, impõe que a prova de tais relações deverá se basear em início de prova material, *in verbis*:

Art. 143. A justificação administrativa ou judicial, no caso de prova exigida pelo art. 62, dependência econômica, identidade e de relação de parentesco, somente produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal.

Concluir de forma diversa é permitir que as fraudes se tornem a regra geral sob todos os aspectos, o que é inaceitável.

18. **DA NECESSIDADE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO**

Na hipótese de não constar dos autos início razoável de prova material (e tendo em vista que a legislação vigente não autoriza a comprovação de labor rural por prova exclusivamente testemunhal) ou, ainda, caso se verifique o exercício de atividade urbana que extrapole o limite legal, não se vislumbra motivo razoável para designação de audiência de instrução, mormente à luz dos princípios processuais da celeridade e economicidade. Imperioso, pois, o julgamento antecipado do mérito, nos termos do NCPC, art. 355, I.

19. **DA EVENTUAL NECESSIDADE DE PROVA ORAL**

Sem prejuízo da arguição de ausência de prova da qualidade de segurado do falecido quando de sua morte e do pedido de julgamento antecipado do mérito, caso entenda o douto juízo pela designação de audiência de instrução, protesta o INSS pela colheita de depoimento pessoal, pois, considerando o vultuoso número de fraudes previdenciárias, o depoimento pessoal serve de parâmetro para confronto com a oitiva testemunhal, a fim de se identificar contradições diversas, revelando, sobretudo, se realmente a parte autora mantinha uma relação com o falecido no momento do óbito / se realmente o(a) falecido(a) exercia o labor rural em regime de economia familiar.

20. **DAS PROVAS QUANTO ÀS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DA PARTE AUTORA**

E/OU DO(A) FALECIDO(A)

Diante da constatação de qualquer incompatibilidade entre o pedido veiculado na exordial e as condições econômico-financeiras da parte autora e/ou do falecido, a PGF/AGU, na defesa do INSS, pugna, desde logo, sejam acessados, pelo juízo condutor do feito, os sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, a fim de se apurar a real situação patrimonial dos citados.

21. DA TESE SUBSIDIÁRIA: DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB)

Na eventual hipótese de se entender pela necessidade de produção de prova oral, deve a DIB ser fixada na data da audiência de instrução, tendo em vista que a prova documental trazida a lume não admitiria a concessão do benefício pretendido. Destarte, na medida em que o INSS apenas cumpriu a legislação vigente, não se verifica máculas no indeferimento administrativo, razão pela qual a data do requerimento administrativo não se afigura a mais adequada como termo inicial do benefício. Merece menção, nesse sentido, o seguinte precedente judicial:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. **SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL PRESENTE. PROVA TESTEMUNHAL FAVORÁVEL. REQUISITOS SATISFEITOS. TERMO INICIAL. DATA DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO.** SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO DA PARTE AUTORA A QUE SE NEGA PROVIMENTO. RECURSO DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO.

1. A parte autora é analfabeta, colacionou certidão de nascimento tardia, indicando nascimento em 1948 e registro em 1984, bem como espelho eleitoral com a profissão de trabalhadora rural e alistamento em 2003, sendo a DER somente em 2009, elementos que indicam o elevado afastamento da autora da vida urbana, portanto, o acervo probatório forma adequado início de prova material.

2. A prova testemunhal corroborou o início de prova material, confirmando o exercício da atividade rural durante o período de carência.

3. Quanto ao termo inicial, em regra, a data de início do benefício previdenciário (DIB) é de ser fixada na data do requerimento administrativo; porém, excepcionalmente, outro marco temporal pode incidir ao caso concreto, como a data da propositura da ação ou a data da audiência, comandos temporais aceitos pela prática forense, tanto em sede de homologação judicial de acordos, como em sentenças condenatórias.

4. A data da audiência como marco para início do gozo do benefício previdenciário decorre do sopesamento entre o princípio da vinculação dos servidores públicos à legalidade formal e o princípio do livre convencimento motivado que alberga a atividade jurisdicional.

5. Em regra, os servidores públicos estão vinculados às normas administrativas e legais, de forma que a concessão de benefícios sem a adequada conformação às regras vigentes ultrapassa suas atribuições, sob pena até de responsabilização administrativa.

6. O magistrado, porém, com base em seu livre convencimento motivado, pode atribuir maior valor à prova oral, caso corrobore o frágil início de prova material, fragilidade que decorre de sua inadmissão como início de prova material pelas vias administrativas ordinárias.

7. Nesses casos, é inconteste que a certeza da qualidade de segurado especial somente foi deduzida quando da produção da prova oral, sob o escopo da livre convicção motivada do juiz, situação que não pode equivaler à sucumbência administrativa do INSS, visto que seus servidores estão jungidos à estrita formalidade legal.

8. No caso em tela, constata-se que a prova material apresentada é muito rarefeita, ganhando valor por seus elementos indiciários (produção tardia), de onde se extraiu sinais de uma longa vida campesina. Porém, a prova oral, produzida em audiência, foi capaz de gerar a conclusão de tratar-se de trabalhador rural. No entanto, o mesmo comportamento não pode ser exigido dos servidores do INSS, haja vista a sua vinculação à legalidade formal.

9. **Se somente com a prova produzida em audiência foi possível concluir-se pelo deferimento do benefício, haja vista a fragilidade do início de prova material, o benefício deve ser deferido da data da produção de tal ato e não do pedido administrativo, em razão da ausência de sucumbência desde então.**

10. Recurso do autor desprovido. Recurso do INSS parcialmente provido para tão somente alterar a data inicial de concessão do benefício de aposentadoria por idade rural para 11-10-2011 (data em que realizada a audiência de instrução).

11. Sem honorários advocatícios, em decorrência da sucumbência recíproca. (TRF-1, Subseção Judiciária do Pará, 1ª Turma Recursal, Processo nº 0009061-02.2010.4.01.3901)

22. DA INVIABILIDADE DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE BENEFÍCIOS

Considerando ainda a eventual hipótese de procedência da demanda, caso constatado, a qualquer tempo, a **percepção de benefício inacumulável** (Lei nº 8.213/1991, art. 124 c/c Decreto nº 3.048/1999, art. 167), deve ser a **DIB da concessão judicial fixada de modo a não permitir pagamento em duplicidade**, tendo em vista os princípios da **primazia do interesse público**, da **legalidade** (CRFB/1988, art. 37, *caput*) e da **vedação do enriquecimento ilícito** (CC, arts. 884 a 886) e da **boa-fé processual (artigo 5º do NCPC)**, hoje tida como norma fundamental do Novo Código de Processo Civil, cabendo à parte autora o dever de informar ao juízo qualquer postulação administrativa anterior ou contemporânea ao presente trâmite processual, sob pena de a coisa julgada ser formada por dolo e, portanto, passível de anulação.

23. DO PEDIDO CONTRAPOSTO

Outrossim, uma vez detectada qualquer **percepção indevida de benefício**, deve-se reconhecer o direito do INSS a **repetição de indébito** (CC, art. 876). Nesse caso, pleiteia-se desde já:

- a) a **compensação** dos créditos do INSS com eventuais créditos de condenação (CC, art. 368);
- b) subsidiariamente, a **consignação** de eventual saldo positivo do INSS em benefício recebido pela parte autora (Lei nº 8.213/1991, art. 115).
- c) em último caso, a **condenação** da parte autora à repetição de indébito.

Trata-se de **pedido contraposto**, instituto compatível com o rito sumaríssimo do Juizado Especial (Lei nº 9.099/1995 art. 17, parágrafo único), porquanto não se trata de nova demanda (reconvenção), mas mero pedido em face da parte autora, com base nos próprios documentos acostados aos autos por ocasião da presente causa e, portanto, sem alteração da causa de pedir.

24. DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA: NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DA LEI Nº 9.494/1997, ART. 1º-F

Eventualmente, havendo condenação do INSS a pagar parcelas retroativas do benefício concedido, requesta-se a integral aplicação do artigo 1º-F da lei 9.494/97, com redação dada pela lei 11.960/2009, não se negando vigência a ele com fulcro no que restou decidido nas ADI's 4.357/DF-QO e 4.425/DF-QO.

Isso porque, o âmbito de discussão das aludidas ADI's adstringiu-se à atualização monetária e aos juros dos débitos inscritos em precatório/RPV, não alcançando, portanto, as liquidações de condenações em obrigação de pagar.

A decisão quanto à constitucionalidade da aplicação da TR para a atualização monetária dos débitos fazendários antes da expedição de precatórios e RPs, por sua vez, foi afetada ao RE nº 870.947/SE.

Em 20.09.2017, ao apreciar o RE nº 870.947/SE, o Pleno da Excelsa Corte, por maioria de votos, decidiu que:

a) o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina os juros moratórios aplicáveis a condenações da Fazenda Pública, é inconstitucional ao incidir sobre débitos oriundos de relação jurídico-tributária, aos quais devem ser aplicados os mesmos juros de mora pelos quais a Fazenda Pública remunera seu crédito tributário, em respeito ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, caput); **quanto às condenações oriundas de relação jurídica não-tributária, a fixação dos juros moratórios segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança é constitucional, permanecendo hígido, nesta extensão, o disposto no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09; e**

b) o art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CRFB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

Ocorre que, **além de ainda não ter havido o trânsito em julgado da decisão proferida no aludido RE nº 870.947/SE, haverá a necessidade de modulação de seus efeitos, tal como sucedeu com as ADIs 4.357, 4.372, 4.400 e 4.425.**

Isso porque, dada a magnitude das consequências da decisão da Suprema Corte, que envolve milhares de processos previdenciários, a modulação se fará imperiosa, a fim de evitar insegurança jurídica.

Aliás, o reconhecimento da existência pelo STF de repercussão geral na matéria já denota que esta ultrapassa os interesses subjetivos do processo, nos termos do § 1º do art. 1.035 do CPC que dispõe: “*será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo*”

Em razão do exposto, desconhecidos ainda os limites objetivos e temporais da decisão do STF no RE nº 870.947/SE, a Taxa Refencial (TR) deverá continuar a ser utilizada, no presente caso, para a atualização monetária das prestações vencidas a partir de 29.06.2009, data de entrada em vigor da Lei nº 11.960/09, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/97.

Em resumo:

(i) em relação à correção monetária e aos juros relativos às verbas pretéritas, anteriores à data da requisição do Precatório/RPV, permanece plenamente válida a utilização dos “índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança” (TR + juros variáveis de poupança);

(ii) requisitado o Precatório/RPV, entre essa data e o efetivo pagamento, há que se aplicar o IPCA-E (ou SELIC), observado os cortes de modulação definidos pelo STF.

Destarte, conclui-se que, até que o STF termine o julgamento do RE 870.847 RG (tema 810 da repercussão geral), permanece plenamente aplicável referido dispositivo, de modo que, em relação à correção monetária das parcelas pretéritas devidas, anteriores à data da requisição do Precatório/RPV, deve ser aplicada a TR.

25. DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ / DA REVOGAÇÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Verificada, em qualquer momento, a má-fé da parte autora em juízo, ferindo, por consequência, o princípio basilar da boa-fé processual (artigo 5º, do NCPC), hoje tido como norma fundamental do Novo Código de Processo Civil, pugna esta Autarquia Federal Previdenciária seja ela condenada nas penas da litigância de má-fé, nos termos dos artigos 79 a 81 do NCPC e demais regramentos aplicados ao caso, além da revogação da gratuidade de justiça (caso concedida), uma vez que se tratam de institutos incompatíveis.

26. DO PREQUESTIONAMENTO

Caso sejam julgados procedentes os pedidos da parte autora, o que se admite apenas para fins de argumentação, a matéria fica desde já PREQUESTIONADA para fins recursais, requerendo expressa manifestação quanto

à violação dos dispositivos acima citados.

27. DA CONCLUSÃO

Em virtude do exposto, o INSS dirige a Vossa Excelência as postulações a seguir elencadas:

- incidentalmente, a correção do valor da causa, nos termos do NCPC;
- ainda incidentalmente, **a não concessão/revogação do benefício de assistência judiciária gratuita**, caso demonstrado que a parte autora possui suficientes condições financeiras para arcar com as despesas processuais;
- preliminarmente, o **reconhecimento da decadência do direito ora pleiteado**;
- ainda preliminarmente, a **extinção do processo sem resolução de mérito**;
- em caráter prejudicial, a **prescrição de parcelas** eventualmente vencidas antes do quinquênio que antecede o ajuizamento da presente demanda ou a eventual **prescrição da pretensão contra indeferimento administrativo** anterior ao aludido prazo quinquenal;
- o **julgamento antecipado do mérito**, com a consequente improcedência total do pedido;
- no mérito, a **improcedência total do pedido**;
- sucessivamente, a **condenação nas penas da litigância de má-fé, quando o caso, com a consequente revogação da gratuidade de justiça**;
- subsidiariamente, a fixação da **DIB na data da audiência de instrução**;
- ainda em caráter subsidiário, **DIB fixada de modo a não permitir cumulação indevida de benefícios**;
- em sede de **pedido contraposto**, o reconhecimento de eventual direito do INSS a **repetição de indébito**, para:
 - **compensação** dos créditos do INSS com eventuais créditos de condenação;
 - subsidiariamente, a **consignação** de eventual saldo positivo do INSS em benefício recebido pela parte autora.
 - em último caso, a **condenação** da parte autora à repetição de indébito.
- outrossim, a **aplicação da isenção de custas e emolumentos** (Lei n.º 5.010/66, art. 46; Lei n.º 8.620/93, art. 8º, §1º; Lei n.º 9.289/96, art. 4º, I; Lei 9.028/95, art. 24-A);
- a **aplicação da isenção de honorários advocatícios**, por força do artigo 55 da Lei 9.099/95;
- finalmente, e em caso de condenação, o que se admite apenas em razão do princípio da eventualidade, a **aplicação da correção monetária com a incidência dos índices legalmente previstos () e juros de mora não cumulativos tão-somente a partir da data da citação válida (), bem como sejam fixados em percentual não superior a 6% ao ano, tudo nos termos do art. 1º-F, da Lei 9.494/97**;

Protesta pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.

Termos em que se pede deferimento.

Marabá, 19 de fevereiro de 2018

Notas

1. [^] NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Código de Processo Civil Comentado*. Salvador: Ed. Juspodivm, 2016, p. 155.
2. [^] Como afirma Fábio TENENBLAT, “são muitos os trabalhos que apontam falhas nas regras referentes à

distribuição dos custos processuais como causa de utilização excessiva dos serviços do Judiciário, especialmente a litigância frívola (com baixa probabilidade de êxito)” (“Limitar o Acesso ao Poder Judiciário para Ampliar o Acesso à Justiça”. In: Revista CEJ, Ano XV, n. 52, Brasília, jan./mar. 2011, p. 29).

3. [^] Amado, Frederico. *Curso de Direito e Processo Previdenciário*. 7ª ed. Salvador; Editora Juspodvm, 2015. Pg. 839
4. [^] Art. 103. *É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.*
5. [^] Art. 1º *As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem*
6. [^] Art. 74. *A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: I - do óbito, quando requerida até noventa dias depois deste; [\(Redação pela Lei nº 13.183, de 2015\)](#) II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior; III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.*
7. [^] Amado, Frederico. *Curso de Direito e Processo Previdenciário*. 7ª ed. Salvador; Editora Juspodvm, 2015.
8. [^] REsp 202453/SP, Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, DJU de 28/06/99
9. [^] “O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do Art. 16 desta Lei”.
10. [^] “A perda da qualidade de dependente ocorre: I - para o cônjuge, pela separação judicial ou divórcio, enquanto não lhe for assegurada a prestação de alimentos, pela anulação do casamento, pelo óbito ou por sentença judicial transitada em julgado”.

Documento assinado eletronicamente por JOAO GABRIEL VILLELA MACHADO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOAO GABRIEL VILLELA MACHADO. Data e Hora: 22-05-2019 16:32. Número de Série: 13680616. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Documento assinado eletronicamente por DAVI DE BASTOS GONCALVES E SILVA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DAVI DE BASTOS GONCALVES E SILVA. Data e Hora: 22-05-2019 17:26. Número de Série: 13670068. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Documento assinado eletronicamente por DANIELE ROCHA CARNEIRO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): DANIELE ROCHA CARNEIRO. Data e Hora: 22-05-2019 18:18. Número de Série: 17292872. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por JOSE JORGE RABELO BARRETO JUNIOR, de acordo com os normativos

legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOSE JORGE RABELO BARRETO JUNIOR. Data e Hora: 22-05-2019 20:41. Número de Série: 17311303. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por LUANDA ALVES DE SOUZA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUANDA ALVES DE SOUZA. Data e Hora: 23-05-2019 15:08. Número de Série: 13905256. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

Documento assinado eletronicamente por ANDRE BRITO MAFRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE BRITO MAFRA. Data e Hora: 23-05-2019 15:13. Número de Série: 172340. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

Documento assinado eletronicamente por MARILIA COSTA VIEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 265796283 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARILIA COSTA VIEIRA. Data e Hora: 23-05-2019 17:23. Número de Série: 13670133. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.
